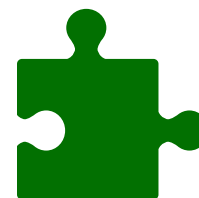


XIV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2019

Sustentabilidade, autonomia e resistência da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa



22 a 24 de outubro de 2019

- Realização** Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCOM) e Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIC)
- Promoção** Departamento de Comunicação Social (GCO) e Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC)
- Localização** Instituto de Artes e Comunicação Social (IACS)
Universidade Federal Fluminense (UFF) - Niterói, Brasil

O discurso da modernização digital na América Latina: desafios para a inclusão de *grupos vulneráveis* a partir de Chile e Brasil ¹

Lucineide Magalhães de Matos

Universidade Federal Fluminense (UFF), doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM).

Resumo

O texto aborda estratégias nacionais de modernização digital e a temática do direito à comunicação considerando a Agenda Digital para a América Latina e o Caribe (eLAC) em diálogo com políticas digitais no Brasil e no Chile. O objetivo consiste de compreender políticas e ações adotadas nesses dois países visando a redução do fosso digital entre sua população, especialmente em grupos assinalados como *vulneráveis*. Concentra-se em pensar que tipo de idealização de conexão está sendo articulada tendo em vista o acesso à Internet como uma agenda ou “ferramenta indispensável para o alcance dos direitos humanos” (ONU, 2011). No quadro metodológico, partimos de uma contextualização sobre a modernização digital na América Latina, com caráter teórico, para adentrar numa análise exploratória da eLAC, das *Agendas Digitais*, no Chile, e do *Plano Nacional de Banda Larga* (PNBL) através de análise documental de arquivos oficiais. Como resultados, no Brasil e no Chile os programas acenam para um saldo positivo sobre o acesso à Internet quando a referência principal são os níveis de penetração por suas populações totais. Porém, quando é levado em conta a proposição específica da eLAC quanto a inserção de grupos em situação de vulnerabilidade nota-se assimetrias e limitações de diferentes níveis.

Palavras-chave: América Latina; Modernização Digital; Grupos Vulneráveis; Internet.

¹ Trabalho apresentado no GT1 (COMUNICAÇÃO POPULAR, COMUNITÁRIA E CIDADÃ - CBCC) da XIV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2019, de 22 a 24 de outubro de 2019, na Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ.

Introdução

Na América Latina e o Caribe muito do discurso em torno da disseminação de tecnologias tem sido pautado pela perspectiva da universalização do acesso às TIC's como plataforma estratégica para o crescimento econômico e de cooperação regional. A ideia de uma América Latina conectada é o pano de fundo deste texto que pretende conjecturar refletir sobre a redução do fosso digital entre sua população. Concentra-se em pensar que tipo de idealização de conexão está sendo proferida tendo em conta a posição periférica, as diferenças culturais, geográficas, desigualdades econômicas e sociais inerentes a região.

No território chileno destaca-se a Agenda Digital e no Brasil o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) emergiu como política de combate à exclusão digital, ambas inseridas como projetos de referência na Agenda Digital para América Latina e o Caribe (eLAC). Considerando estas duas políticas tencionamos até que ponto as estratégias esboçadas por Chile e Brasil podem configurar-se em iniciativas catalisadoras de inclusão de grupos em situação de vulnerabilidade social, como ambiciona a eLAC, ou se estas protagonizam modelo de modernização digital projetadas de forma exógena como parte de uma gramática comum, conduzida por organismos internacionais e que mobilizam certo o ideal de globalização neoliberal mais próximo do viés de mercado.

Para discorrer sobre estas questões o texto estrutura-se em três momentos. O primeiro articula a relação entre a ideia de modernização e o digital através de uma visão contextual sobre a temática digital da América Latina. São exploradas diretrizes para democratização digital com foco na Agenda Digital para América Latina e o Caribe (eLAC). Ao descrever características, objetivos e agentes envolvidos em sua articulação pretende-se entender como a eLAC lida com o problema da exclusão digital em especial entre os agentes denominados pela Agenda como grupos vulneráveis.

A segunda parte sintetiza as Agendas Digitais no Chile e o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) no Brasil apontando para os objetivos, hipóteses e metodologia neste texto. São apresentadas as características e objetivos dos planos digitais no Chile e no Brasil e destacado possíveis alinhamentos à Agenda Digital regional. No terceiro momento, a escrita se volta para resultados e discussões sobre a potencialidade dos programas em Chile e Brasil para o acolhimento de grupos vulneráveis como preconizado pela eLAC e como isto pode configurar oportunidade de mais equidade e democratização digital para além dos níveis socioeconômico (rico ou pobre) e geográfico (urbano ou rural), vislumbrando o direito à comunicação em perspectivas mais amplas como cultura, identidade e gênero.

O discurso da modernização, o digital e a América Latina.

O estabelecimento de uma agenda para a América Latina e o Caribe concentrada nas TIC's chama atenção por colocar em pauta a perspectiva de uma modernização digital pela via da universalização do acesso à Internet e do pensamento sobre as possibilidades de contribuições dessa para áreas como economia, desenvolvimento social sustentável e a governança. Na esteira desta discussão compreender os agentes envolvidos nessas redes de articulação, os objetivos e as características de programas e políticas constitui querela importante porque a partir desta observação é evidenciado como questões sobre países subdesenvolvidos correspondem a uma agenda de interesses para organismos internacionais. Por isso, nesta primeira parte a discussão sobre a modernização digital e o discurso em favor desta é central principalmente quando relacionado à América Latina² como cenário de análise.

Em termos contextuais, a ideia de formulação de diretrizes para o desenvolvimento de um ecossistema digital envolvendo a América Latina e o Caribe tem como marco o ano 2000, no Brasil, com o diálogo estabelecido regionalmente sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento (SIC). Naquele momento, segundo relatório da CEPAL/ONU, “[...] los países afirmaron su voluntad de diseñar e implementar programas para el acceso y uso de las tecnologías de la información y las comunicaciones (TIC) y dieron origen a la Declaración de Florianópolis.” (NU.CEPAL, 2015, p. 2). Nos anos seguintes conferências diversas aconteceram para debater a temática e planejar ações que destacassem “una visión regional y un compromiso político para reducir la brecha digital y promover el acceso y uso de las TIC como herramientas de desarrollo” (NU.CEPAL, 2015, p. 2). Dessas articulações foi criado um plano de ação visando o alargamento de um mercado digital regional definido como Agenda Digital para a América Latina e o Caribe (eLAC).

Assim, a eLAC pode ser pensada como um programa de referência para que países signatários possam investir na promoção do uso das TIC's em suas realidades específicas reduzindo a exclusão digital em vista do desenvolvimento socioeconômico. É articulada pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), uma das cinco comissões das Organizações das Nações Unidas (ONU) e tem seus planos de ação definidos bianualmente em Conferências Ministeriais³ consoante a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável⁴ da ONU.

² A América Latina é composta por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Como observação inicial é importante assinalar a América Latina como referência analítica neste texto porque apesar de o Caribe ser abrangido no bloco regional o mesmo não é tomado como referente analítico neste momento.

³ A Sexta Conferência Ministerial sobre a Sociedade da Informação da América Latina e o Caribe aconteceu de 18 a 20 de Abril de 2018 em Cartagena de Índias, Colômbia.

⁴ Na Agenda 2030 a temática da desigualdade digital é uma preocupação. As metas do milênio institui 17 metas a serem alcançadas até 2030 em todo o planeta: “Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a

Compreendida como um processo de cooperação regional, a eLAC articula uma visão de longo prazo (2030) com planos de curto prazo, as Conferências Ministeriais, entre os países membros, a partir da participação de atores plurais (sociedade civil, setor privado e comunidade técnica) sendo estruturada em cinco eixos de ação: *Acesso e infraestrutura, Economia digital e inovação e competitividade, E-governo e cidadania, Desenvolvimento sustentável e inclusão, e Governança para a sociedade da informação* (CEPAL, 2018⁵). Estes eixos apesar de mobilizarem metas distintas e apontarem individualmente ações e objetivos próprios conformam um discurso de universalização do acesso às tecnologias digitais como um caminho para a prosperidade socioeconômica e, portanto, do digital como plataforma social transformadora.

O discurso sobre modernização perpassa o próprio desenvolvimento da humanidade como lembra Vincent Mosco ao abordar perspectivas em torno na Internet como similar as expectativas atribuídas a tecnologias anteriores à rede como telégrafo, eletricidade, telefone, rádio e televisão apontando que estas invenções foram, cada um ao seu tempo, tratadas por expectativas mitológicas (MOSCO, 2004) a exemplo de uma pretensa potência transformadora.

A extensão da ‘era do computador’ é um fato significativo. Uma explicação plausível, como aponta Mosco, é a identidade específica desta tecnologia que permite sua dilatação como plataforma comunicativa. O computador, pensando sua identidade física, se dilata em dispositivos eletrônicos diversos os quais, associados a Internet criam a atmosfera de conexão constante na contemporaneidade. Isso recupera a ideia de uma ‘computação onipresente’, como destaca Mosco citando Mark Weiser (1988). Nessa o computador se retira como forma física tradicional (monitor, gabinete, mouse, teclado) para existir em aparelhos mais complexos como atualmente podemos pensar os smartphone, smart TV’s, tablete, iPhone, eletrodomésticos ‘inteligentes’, relógios, entre outros, os quais demandam formas mais complexas de comunicação e passam a integrar o cotidiano das pessoas de forma ordinária.

Em especial, a Internet vai emergir como elemento central de discussão por ser um meio de comunicação que afetou as relações sociais, a forma como os indivíduos se comunicam, se articulam e se manifestam. Tal fator mobilizou dinâmicas específicas de articulação coletiva caracterizada por alguns autores como uma *ação conectiva* (BENNET; SEGERBERG, 2012) onde sujeitos sociais se engajam politicamente de forma diferenciada de mobilizações coletivas tradicional. Nesse cenário, a Internet constitui espaço diferenciado de ação por, em tese, favorecer formas de ação conectivas ‘auto’ organizadas sem a necessidade de uma coordenação formal (BENNET; SEGERBERG, 2012).

prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.” (ONU). Mais informações disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>.

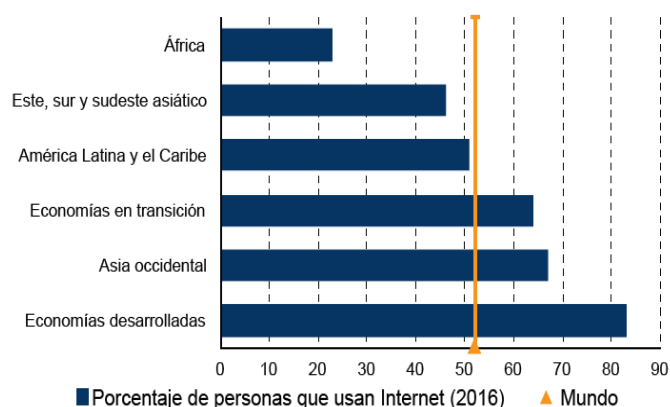
⁵Mais informações em: <http://www.cepal.org/es/proyectos/elac2018>.

Ideias como essas contribuíram para o alargamento do entusiasmo entorno das tecnologias digitais e suas possibilidades de contribuição para os processos participativos e a democracia (CASTELLS, 2012; FEENBERG, 2006; GOMES, 2011). Essas benesses, porém, estão cercadas também pelo problema da exclusão digital porque as expectativas de onipresença, democratização e participação deixam de fora aqueles sujeitos sociais que não têm acesso à Internet ou a outras tecnologias digitais. Universalizar o acesso a infraestruturas digitais e a internet corresponde, assim, a um direito para o reconhecimento de quadros de desenvolvimento social.

A ONU, por exemplo, em 2011 se pronunciou reconhecendo o acesso à Internet como parte dos direitos humanos ao destacá-la como “ferramenta indispensável para o alcance dos direitos humanos” e recomendou que,

Each State should thus develop a concrete and effective policy, in consultation with individuals from all sections of society, including the private sector and relevant Government ministries, to make the Internet widely available, accessible and affordable to all segments of population⁶. (ONU, 2011, p. 22).

A postura deste organismo internacional reforça, portanto, a ideia alegada neste texto sobre o discurso de universalização do acesso à Internet e da imperativa modernização digital como parte de uma dinâmica que se desenrola de forma distintas ao redor do mundo apresentando variações nos índices de acesso a depender da condição econômica dos países ou de sua infraestrutura. Como tendência, regiões e países com maiores desigualdades sociais caracterizam-se por uma conjuntura de exclusão digital mais ampla. O gráfico abaixo foi divulgado no documento de monitoramento da eLAC2018 e aponta o percentual de pessoas que utilizam a Internet no mundo em 2016. Os dados são apresentados segundo distinção de regiões e pelo nível de desenvolvimento dos países como é possível observar na coluna à esquerda.



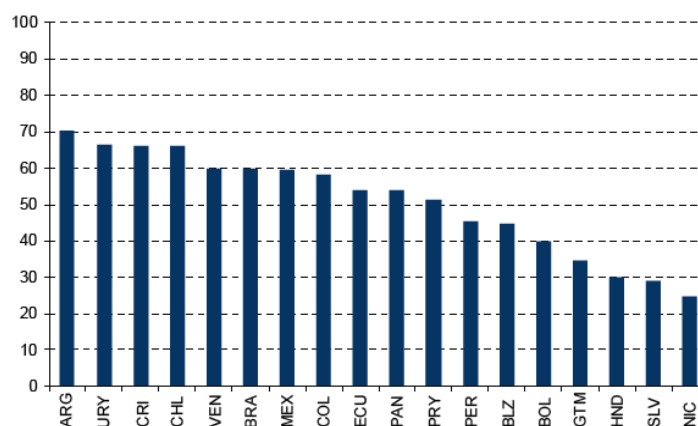
Fonte: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo (UNCTAD) (2017). “UNCTAD B2C E-COMMERCE INDEX 2017”.

⁶ “Cada Estado deve, portanto, desenvolver uma política concreta e eficaz, em consulta com indivíduos de todos os setores da sociedade, incluindo o setor privado e ministérios relevantes do governo, para tornar a Internet amplamente disponível e acessível a todos os segmentos sociais.” (ONU, 2011, p. 22). Tradução livre.

A América Latina e o Caribe aparecem com índices abaixo do desempenho mundial, em melhores condições apenas que algumas regiões da Ásia e a África. Segundo o relatório da eLAC2018, em termos de acesso “La penetración de usuarios de Internet ha crecido a una tasa promedio anual de 9% en los últimos 5 años, alcanzando una penetración del 56% en 2016” (NU.CEPAL, 2018, p. 9). O gráfico expõe a larga diferença de penetração da Internet na região quando comparado aos países com economias desenvolvidas. Nesta categoria estão os países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) os quais ultrapassam 80% em números de usuários.

Em condição de subdesenvolvimento a América Latina e o Caribe destacam-se por uma expansão condicionada a problemas como a melhoria de infraestrutura tecnológica e mesmo por seu caráter heterogêneo em termos social, políticos e econômicos. Assim, olhando para o interior da América Latina e o Caribe o mesmo documento aponta para diferenças de acesso entre seus países.

América Latina y el Caribe (países seleccionados): usuarios de Internet, 2016
(En porcentajes)



Fonte: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de datos de la Unión Internacional de Telecomunicaciones (UIT), World Telecommunications Indicators Database.

Observa-se a Argentina em destaque seguida de Uruguai, Costa Rica e Chile com esses três últimos empatados. Chama atenção os países seguintes apontando para uma desigualdade significativa em relação ao número de usuários entre si com a Nicarágua em pior posição. Essa discrepância revela uma dificuldade em equalizar os índices regionais de acesso à Internet na região mesmo que os números indiquem avanços.

As duas tabelas acima mostram as diferenças nos níveis de acesso à Internet. Há aqui, porém, um dado a ser pensado em vista da temática em questão neste texto no que tange a relação que se estabelece entre os níveis de penetração de tecnologias digitais ao nível desenvolvimento econômico dos países. Num primeiro momento é possível inferir que quanto mais as economias são ampliadas, maior a capacidade de países aumentarem seu índices de acesso às tecnologias diversas, como mostra o primeiro gráfico. Assim, cria-se uma expectativa entorno da influência das tecnologias digitais na

economia e isto tem servido de argumento para o investimento nestas últimas com o fim de potencializar uma ‘economia digital’, principalmente no contexto da América Latina e o Caribe.

Um traço importante e imprescindível nesta análise, contudo consiste na observação da conjuntura que aparece na composição dessa ideia de ampliação do acesso à Internet e das relações assimétricas que podem ser reveladas quando levado em consideração essa gramática comum da modernização digital. Isso acende o debate sobre o quanto estratégias nacionais de modernização são atravessadas ou mesmo limitadas por modelos externos a fim de conformarem forças globalizantes.

Na conjuntura atual, a globalização neoliberal pode ser pensada como essa força externa que impõe um modelo de conexão em escala global fazendo recuperar um ideal de (re)colonialização e de promoção civilizatória pela via do digital. Sobre isto basta destacar a dependência do tráfico de internet da América Latina e Caribe em relação aos Estados Unidos, como destaca a CEPAL:

Nuestra región todavía tiene una alta dependencia del tráfico internacional de Internet, principalmente proveniente de los Estados Unidos de Norteamérica, no solamente porque es el principal mercado de proveedores de contenidos, pero también porque muchos de los contenidos generados en la región se alojan en ese país. Cabe señalar, que la calidad de acceso a Internet está altamente condicionada por la infraestructura internacional de telecomunicaciones.⁷ (CEPAL, 2018, p. 21).

Nota-se uma relação de dependência e condicionamento de infraestrutura e tecnologias de dados estabelecida no cenário regional. Um desempenho que se explica tanto pelos níveis de desenvolvimento tecnológicos aquém de outras regiões e, sobremaneira, pelo comportamento do mercado neoliberal.

Neste último, o ideal de fortalecimento de uma economia de mercado (ALBUQUERQUE, LYCARIÃO, 2018, p. 2875) concentrada em poucos países, neste caso os EUA, explica o grau de dependência da eLAC em relação ao tráfico de internet e como isso pode implicar em um certo regime de dominação dos EUA sobre o que ou o quanto é produzido em termos de dados pelos países que compõe a eLAC, e, de algum modo reforçar dicotomias como centro/preferia e norte/sul global.

A América do Sul além de um recorte geográfico revela-se como um tipo de esfera organizacional ou comunidade que pauta entre seus diferentes países políticas públicas e estratégias e projeções coletivas. De certo modo, a eLAC agencia esse ideal de universalização que extrapola a perspectiva tecnológicas e que imagina um Sul Global interconectado, pensando uma economia e ecossistema digital para a região.

⁷ Nossa região ainda tem uma alta dependência do tráfego internacional da Internet, principalmente dos Estados Unidos da América, não apenas porque é o principal mercado para provedores de conteúdo, mas também porque muitos dos conteúdos gerados na região estão hospedados naquele país. Deve-se notar que a qualidade do acesso à Internet é altamente condicionada pela infraestrutura internacional de telecomunicações. (CEPAL, 2018, p. 21).

Tal perspectiva possui duas nuances. Primeiro permite pensar em redes de articulação mais amplas considerando o desenvolvimento social e econômico da América Latina e o Caribe. Segundo, insinua um tipo de incentivo exógeno baseado no capitalismo globalizado que parte da prerrogativa histórica do Sul Global em estado permanente de déficit em distintas áreas, entre estas a tecnologia. Estando aquém de tantas demandas, o incentivo tecnológico corresponde a uma das correntes de ação externas para os seu desenvolvimento e inserção em sistemas globais.

Formas de ingerência e investimento financeiros em países revelam-se como práticas constantes e também apontam para interesses específicos de grandes conglomerados econômicos. O capital filantrópico aplicado ao redor do mundo, especialmente via fundações, são exemplos como as práticas de financiamentos operados por grandes fundações internacionais, especialmente norte-americanas, a partir do Século XX (CHRISTENSEN, 2017, ROELOFS, 2015, ST. CLAIR, 2006; BUSH, 2017). Essas em sua maioria vinculada a grandes corporações capitalistas (FORD, SOROS e etc.) com foco em áreas estratégicas como energia, produtos farmacêuticos e químicos, segurança e armamento militar, educação e etc. (ROELOFS, 2015). Tipos de financiamentos capazes de afetar práticas e interesses o que conduz ao reconhecimento de que a modernização contemporânea se traduz como um processo de americanização de práticas em níveis internacionais atravessando desde a política a campos como a tecnologia, a saúde e educação (NEGRINE; PAPATHANASSOPOULOS, 1995; ROELFS, 2015; ALBUQUERQUE, LYCARIÃO, 2018).

Por isso, é importante lembrar que, apesar de comporem estruturas e prerrogativas aparentemente distintas, o Banco Mundial (BM), ainda que de forma independente, integra o Sistema ONU. Sendo assim, o BM coaduna demandas da ONU em que pese, por exemplo, a redução da pobreza e o desenvolvimento social com a distinção de que o primeiro se concentra na maior capitalização possível das estruturas nacionais através da efetuação de empréstimos financeiros. Como se vê esses atravessamentos dá-se também em outras esferas como parte de um paradigma de desenvolvimento no qual o uso das TIC's e suas aplicabilidades estão inseridos.

Objetivos, hipóteses e metodologia: As Agendas Digitais em Chile e Brasil

Na conjuntura específica da América Latina, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela são Estados signatários das Agendas Digitais e cada um tem estabelecido em seus países políticas nacionais de âmbito digital, articulando projetos e agendas concomitantemente às diretrizes da CEPAL e as Agendas Digitais para a América Latina e o Caribe. Brasil e Chile participam com projetos específicos: no primeiro as referências são o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) e o Programa Brasil Inteligente, já no Chile nota-se a Agenda

Digital 2020: Chile Digital para Tod@s e a Agenda Digital-Imagina Chile, 2013-2020⁸. Tendo em vista esses dois referentes o interesse é apresentar tais programas, vinculando-os aos objetivos previstos na eLAC no que concerne à inserção dos chamados ‘grupos vulneráveis’. Por um lado, tentar-se-á apreender quais sujeitos esta categoria mobiliza no interior da eLAC, e por outro lado, de que modo os projetos e programas em Chile e Brasil incorporam esses agentes a partir de uma análise documental.

Concebemos no debate sobre a universalização do acesso às TIC’s uma correspondência com o ideal de desenvolvimento pretendido pela via digital, o qual se materializa via CEPAL e os projetos e iniciativas a esta vinculados, sendo a Agenda Digital para a América Latina (eLAC) um desses. Isso revela um ideal de conexão envolvido nas Agendas Digitais para América Latina e o Caribe, em especial em Chile e Brasil, a partir do reconhecimento de traços de um modelo de globalização que pensa a universalização digital muito mais como plataforma de mercado (economia), do que exatamente como política de igualdade, mesmo que entre os objetivos da eLAC esteja a inclusão de grupos vulneráveis. Ao contrário, pode-se pensar que neste tipo de construção globalizante as desigualdades acabam por serem ampliadas.

Com base na discussão teórica acima e na contextualização do tema propomos uma análise qualitativa de caráter exploratório da Agenda Digital para a América Latina e o Caribe (eLAC) com foco no plano de ação configurado para 2018⁹. Baseamos o quadro analítico em documentos da eLAC, do PNBL e da Agenda Digital do Chile, assim como na busca de informações *online* a instituições e projetos vinculados à eLAC onde foram analisados indicadores e resultados das agendas no Brasil e no Chile considerando o mote do acesso à internet pela categoria grupos vulneráveis no período de 2004 a 2016. Assim, de forma esquemática destacamos que dos cinco eixos que a eLAC propõe como orientadores dois se destacam pela expectativa de inclusão de grupos vulneráveis entre seus objetivos. Em *Acesso e infraestrutura*, uma das metas consiste em “Masificar y universalizar el acceso a servicios digitales y producción de contenidos, asegurando la inclusión de los grupos vulnerables e incorporando la perspectiva de género en la implementación de las políticas” (NU.CEPAL, 2018, p. 18). Finalidade presente ainda no eixo *Desenvolvimento sustentável e inclusão* quando neste afirma-se a proposição de “Asegurar el acceso a las TIC a los grupos vulnerables, para mejorar su inserción social, educativa, cultural y económica. Implementar políticas y programas diseñados para atender las necesidades específicas de los grupos vulnerables respecto al acceso y uso de TIC” (NU.CEPAL, 2018, p. 54).

⁸ Estes programas são referenciados pelo site disponível em <http://biblioguias.cepal.org/TIC/agendasdigitales>.

⁹ A escolha pela eLAC 2018 se deu por sua finalização como projeto, encontrando-se em vigência a eLAC2020 com objetivos e metas distintos da Agenda 2018.

Deve-se ressaltar inicialmente a ausência de especificação sobre o termo *grupo vulnerável* no contexto da Agenda Digital, o que revela uma vagueza da expressão em termos de explicação sobre quais sujeitos sociais estariam inseridos nesta caracterização. Mesmo na descrição destes dois eixos esta carência se faz presente como quando se reafirma o propósito de “Continuar desarrollando políticas que promuevan el acceso a servicios digitales y la producción de contenidos, especialmente en los grupos más vulnerables” (NU.CEPAL, 2018, p 18).

No eixo *Desarrollo sostenible e inclusión* o Objetivo 18 recomenda a implementação de políticas e programa voltados para necessidades específicas de grupos vulneráveis, destacando a inclusão como necessária para a inserção social, educativa cultural e econômica desses (NU.CEPAL, 2018, p. 53). Neste momento são mencionados, entre parênteses, exemplos como: “Población con discapacidad, población indígena, minorías, mujeres, etc” (NU.CEPAL, 2018, p. 53). Desta imprecisão e caracterização mais precisa deriva a ausência de um diagnóstico específico sobre a inclusão digital na região quando a própria CEPAL argumenta: “Si bien la información estadística sobre acceso y uso de TIC por parte de grupo vulnerables es escasa, la información disponible muestra que los esfuerzos siguen siendo incipientes y que se mantienen las brechas.¹⁰” (NU.CEPAL, 2018, p. 54). Além disso, dadas as características culturais e identitárias típicas da América Latina, a especificação sobre quais grupos são determinados como vulneráveis poderia ser central para ajudar a pensar projetos e programas para este público.

Resultados e discussão: As AD's em Chile e Brasil e os desafios sobre *grupos vulneráveis*.

Como parte do compromisso regional assumido em 2003 de ampliar o uso das TIC's, o Chile desde 2004 vem empregando planos de ações contínuos designados de Agenda Digital. Até 2018 quatro Agendas foram estabelecidas, a Agenda Digital 2004-2006, a Estratégia Digital 2007-2012, a Agenda Digital Imagina Chile e a Agenda Digital 2020: Chile Digital para tod@s. Planejamentos, acompanhamento e resultados destas é público e podem ser observados no portal¹¹ institucional. Uma primeira reflexão nas Agendas do Chile é sua característica de continuidade ao longo dos últimos treze (13) anos¹², independente dos governos e partidos que neste período assumiram a presidência do país. Característica que pode ofertar interpretação sobre a questão de o desenvolvimento digital

¹⁰ O relatório utilizado aqui como referência apresenta dados apenas da população com algum tipo de deficiência. Porém os dados se referem apenas à Bolívia, Colômbia, Equador, Honduras, Paraguai e Uruguai e ainda assim são tratados sem aprofundamento. Brasil e Chile não são mencionados nesta referência. Ver: NU.CEPAL, 2018, p. 11.

¹¹ <http://www.agendadigital.gob.cl/#/documentos/otras-agendas>.

¹² Cumpre notar que a primeira Agenda foi criada no governo do Presidente Ricardo Lagos (2000-2006) do Partido Socialista do Chile (PS) e teve continuidade nos governos de Michelle Bachelet (2006-2010) do mesmo partido. A esta sucedeu Sebastián Piñera (2010-2014) do partido Independente, Michelle Bachelet retornou a presidência (2014-2018) e em 2018 Sebastián Piñera retornou ao cargo. Importante destacar que na alternância destes dos últimos presidentes as Agendas foram sendo incorporadas na dinâmica destes diferentes governos.

no país corresponder a um compromisso mais amplo do que, por exemplo, estar vinculado a questões político-partidárias.

No entanto, esse traço de sequência não significa que não haja, no interior das Agendas chilenas, processos de adequações típicos da dinâmica política de troca de governos a exemplo de reestruturação de objetivos e mudança de equipe, e etc. Tanto assim, a Agenda Digital 2020: Chile Digital para tod@s vigorou até o fim do governo da presidenta Michelle Bachelet. Com a entrada do presidente Sebastián Piñera, em Março de 2018, a Agenda encontra-se há mais de uma ano em fase reorganização, em transição para a Agenda de Transformação Digital:

El Gobierno del Presidente Sebastián Piñera está trabajando para presentar próximamente al país una Agenda de Transformación Digital, la cual continuará con los avances alcanzados por la Agenda Digital 2020, e integrará nuevas medidas, con foco en acelerar el proceso de apropiación y aprovechamiento de las tecnologías digitales en todos los ámbitos de la actividad social y económica, con especial énfasis en modernización y anticipación a las demandas de las nuevas generaciones. (AD CHILE, 2018¹³).

Este informe oficial está disponível no portal institucional da Agenda Digital 2020. Não é interesse nesse artigo comparar as Agendas Digitais de cada governo chileno nos últimos 13 anos, mas esta observação é importante, mesmo que superficialmente, porque exemplifica os atravessamentos político-partidários no interior de políticas públicas diversas, indicando ainda as adequações que essas podem assumir a partir das plataformas de cada governo podendo variar desde uma simples adequação textual nos planos de ação até a mudança de estratégias e objetivos.

Ao que nos interessa, seguimos com a referência oferecida pelo site da CEPAL, qual seja a Agenda Digital-Imagina Chile, 2013-2020 e Agenda Digital 2020: Chile Digital para Tod@s. Apesar de terem sido formuladas em governos distintos, ambas foram estruturadas a partir de eixos de ação específicos muito próximos e dentro desses a questão da redução da exclusão digital está presente, trazendo como alvo grupos em situação de vulnerabilidade. Por essa proximidade de objetivos nos concentramos na Agenda Digital 2020. Essa Agenda tem como objetivo promover um “Chile digital” e está estruturada em cinco (5) eixos temáticos: Derechos para el Desarrollo, Conectividad Digital, Gobierno Digital, Economía Digital e Competencias Digitales. Cada eixo é composto por uma quantidade específica de medidas totalizando sessenta e três (63).

Nestes eixos, a questão da massificação do acesso digital ganha destaque no seguimento ‘Conectividade’ onde é afirmado que “Los esfuerzos se focalizarán en comunidades organizadas indígenas, rurales y vulnerables en sectores urbanos, priorizando más de 7.000 localidades y zonas a nivel nacional que cuentan con nula o baja cobertura de servicios” (AD CHILE, 2015, p. 25). Para

¹³ Disponível em: <http://www.agendadigital.gob.cl/#/>.

este fim, foi criada a medida 10, qual seja, o ‘Desarrollo de un Plan Nacional de Infraestructura de Telecomunicaciones’ que tinha como objetivo:

Elaborar un marco institucional, técnico y regulatorio que fomente el despliegue de infraestructura de telecomunicaciones para incrementar y masificar las redes de alta capacidad en el país, y particularmente de redes de fibra óptica, para que los beneficios de la sociedad de la información estén disponibles para todos los chilenos. (AD CHILE, 2015, p. 25).

Há uma perspectiva de universalizar o acesso e isso se aproxima da agenda proposta pela eLAC, o que revela o Chile como país que vem acomodando as demandas da CEPAL em torno do desenvolvimento tecnológico. A AD do Chile também se destaca por apontar para agentes específicos como organizações indígenas, rurais e grupos urbanos vulneráveis como parte de seu público. Como e se estes programas alcançam esses grupos, porém, é outra questão.

No Brasil, é importante frisar que a questão da universalização do acesso a tecnologias sempre foi um debate presente no cenário nacional com destaque para as empresas de telecomunicações¹⁴. As discussões sobre a Internet tiveram início na segunda metade da década de 1990 nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) com políticas com características genéricas acentuando a ideia de universalização pela via da modernização tecnológica e acesso a bens e serviços como telefonia fixa, de celular, computador pessoal e internet fixa¹⁵. Porém, isso se dava sem a preocupação sobre quem teria acesso a tais tecnologias uma vez a prioridade se dava em termos genéricos, exceto por programas de inclusão a partir de instituições como escola. Destaca-se aqui o Programa Nacional de Informática na Escola (Proinfo) que equipava escola pública com laboratórios de informática.

A ampliação do leque sobre inclusão digital se deu de modo mais complexo a partir de 2003 com ações governamentais específicas nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) a partir do aproveitamento do programa Governo Eletrônico-Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) criado nos últimos anos do governo FHC. O GESAC correspondeu a um embrião de projeto estatal de inclusão digital que se consolidou nos governos petistas por seu caráter distributivo e difuso¹⁶, se caracterizando pela concentração nas classes C, D e E. Tais características permitiram o impulsionamento de acesso a recursos digitais como computadores, telefones celulares, Internet,

¹⁴ No Brasil, o investimento em tecnologias tem como antecedentes os anos 1960. A EMBRATEL (Empresa Brasileira de Telecomunicações), por exemplo, foi criada em 1965 pelo presidente militar Castelo Branco. Até 1998, quando foi privatizada, era a empresa pública responsável pela comunicação via satélite do país, telefonia e transmissão de dados.

¹⁵ Algumas iniciativas como o “Livro Verde” (2000) e “Livro Branco” (2001), ainda no governo FHC, correspondiam a programas governamentais concentrados na ampliação de tecnologias no Brasil e aprimoramento de tecnologias que integrassem o país a era digital.

¹⁶ A questão da inclusão digital não era responsabilidade de um órgão específico, ao contrário as ações que envolviam a temática eram administradas de acordo com o interesse de cada ministério. Assim, por exemplo, no então Ministério da Cultura (MinC) programas com caráter culturais dinamizavam o acesso a computadores e a internet como ocorreu com os Pontos de Cultura.

máquinas de filmagens e etc., por grupos específicos como comunidades quilombolas, indígenas e periferias urbanas e rurais.

Foi neste cenário de ampliação de tecnologias e de acesso à Internet por diferentes atores sociais que o Brasil passou a integrar a Agenda Digital para a América Latina e o Caribe tendo o Programa Nacional de Banda Larga – PNBL e o Programa Brasil Inteligente (PNBL) enquanto referência a partir de 2010. Sua concentração na disponibilização do acesso à banda larga a baixo custo seria um de seus principais impulsos com o intuito, inclusive de “reduzir as desigualdades, social e regional” (PNBL, 2010), estando incluindo a expansão de cobertura de redes 4G. Sobre isto, um dos resultados mais significativos em termo de conexão no Brasil tem sido o incremento nas conexões móveis em clara discrepância com o acesso à internet a partir dos lares. Assim, enquanto cobertura 3G e 4G ultrapassam mais de 70%, as conexões nos lares brasileiros indicam pouco mais de 50% (CEPAL, 2018, p. 15). Esse dado mostra o crescimento de tecnologias banda larga móvel como uma das principais características do cenário brasileiro.

O PNBL e o Programa Brasil Inteligente são os projetos vinculados a CEPAL como parte da Agenda regional. O PNBL foi criado em 2010, implementado em 2011 e vigorou até 2016 e alguns de seus objetivos consistia de:

acelerar o desenvolvimento econômico e social; promover a inclusão digital; reduzir as desigualdades social e regional; promover a geração de emprego e renda; ampliar os serviços de Governo Eletrônico e facilitar aos cidadãos o uso dos serviços do Estado; promover a capacitação da população para o uso das tecnologias de informação; e aumentar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileiras. (BRASIL, Decreto nº 7.175, de Maio de 2016).

Uma característica do PNBL foi a parceria do Governo Federal brasileiro com setores privados através, por exemplo, de assinatura de termos de compromisso entre o então Ministério da Comunicação, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), e operadoras de telefonia, como Oi e VIVO, com estas últimas ofertando pacotes de Internet banda larga a custo baixos em municípios com maior dificuldade de acesso a essa tecnologia, em troca de benefícios fiscais. Assim,

O objetivo geral era ampliar a oferta de serviços de banda larga no Brasil por meio de desoneração fiscal de novos equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, materiais de construção e na prestação de obras e serviços para a implantação, ampliação ou modernização de redes de telecomunicações. (MCTIC, 2018, p. 2).

Aparentemente tais medidas resultariam em uma ampliação do acesso à Internet banda larga em conexões fixas e móveis. Depois do PNBL foi instituído o Decreto Nº 8.776, de Maio de 2016 que criava o Programa Brasil Inteligente. Esse tinha como finalidade universalizar o acesso à Internet no Brasil através do estabelecimento de objetivos como a expansão da fibra óptica, o uso de banda larga

móvel, a conexão de órgãos públicos, e a implantação do projeto 'cidades inteligentes'. Esse segundo programa consistia, de certo modo, em uma proposta de ampliação do PNBL com foco na expansão de redes de fibra ótica. Como resultado dessas políticas o Brasil efetivamente observou o incremento no acesso à Internet como aponta o IBGE através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Segundo o instituto em 2015, 57,8%¹⁷ dos domicílios brasileiros possuía acesso à Internet (IBGE, 2016).

Nos dois programas algumas questões podem ser pensadas. A primeira delas é ideia de universalização do acesso se aproximando do modelo de massificação do digital cuja pauta indica o alcance de metas em termos de acesso à Internet em perspectivas gerais. Interesse explicável pela importância que a cultura digital assume nas sociedades contemporâneas, inclusive como estratégia de desenvolvimento econômico e posicionamento global. Uma segunda demanda é o esvaziamento desses programas pós-impeachment em 2016 da então presidenta Dilma Rousseff e que resultou em uma redução na execução e visibilidade das propostas do PNBL e do Programa Brasil Inteligente, este último sem sair do papel.

Neste sentido reforça-se o reconhecimento de atravessamentos político-partidários na dinâmica dos programas sociais na conjuntura brasileira e a ausência de uma continuidade destes. Como exemplo desta interferência, o portal (<http://www2.mc.gov.br/pnbl>) do PNBL deixou de funcionar em 2016 impedindo, assim, tanto acompanhamento de suas diretrizes quanto os resultados das propostas, ficando acessíveis internamente ao próprio governo e, mais grave, indicando uma interrupção nas ações dos dois programas.

Nas Ad's em Chile e Brasil o saldo sobre o acesso à Internet é sem dúvida positivo quando a referência principal são os níveis de penetração por suas populações totais. Porém, quando é levado em conta a proposição específica da eLAC quanto a inserção de grupos em situação de vulnerabilidade a questão se torna menos otimista nas duas realidades. No Chile, os resultados disponíveis sobre Agenda Digital 2020: Chile Digital para Tod@s apontam para um diagnóstico positivo em todas os eixos da AD com o avanço de 80%¹⁸ de suas medidas, porém apenas 23 das 63 medidas apresentam 100% de progresso, ou seja, menos de 50% das medidas foram integralmente alcançadas. Quando a abordagem analítica se concentra em cada eixo é possível observar quais destes tiveram melhores resultados e quais metas em seu interior foram de fato cumpridas. Assim, em termos de avanços e direitos 79% foram atingidas. Um número significativo. Apesar disso, apenas nove (9) das doze (12) medidas foram efetivamente completadas, e sete constam em fase de processo.

¹⁷ Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5144#resultado>.

¹⁸ O Governo do Chile apresentou publicamente, em Janeiro de 2018, os resultados da AD 2020. Disponível em <https://digital.gob.cl/es/noticias/agenda-digital-2020-medidas-presentan-en-promedio-un-85-de-avance/>.

O maior avanço é observado no quesito *conectividad* onde observou-se 92% de cumprimento de medidas. Das doze (12) medidas apontadas no eixo, sete (7) foram integralmente cumpridas e cinco (5) constam estariam em ainda processo. A *figura 3* demonstra de forma mais ampla estes avanços indicando o total de medidas (63), quantas destas foram cumpridas, e quantas ainda estão em fase de processamento. Na parte inferior da imagem é indicado o desempenho das medidas dentro de cada eixo.



Figura 3: Imagem da página de Seguimiento da AD Chile. Disponível em: <http://www.agendadigital.gob.cl/#/seguimiento>. Acesso em 20 de Agosto de 2018.

No portal é possível visualizar de forma detalhada os resultados de específicos a cada eixo sendo, como mostra a *Figura 4*. Neste momento é destacado os níveis de avanço de cada medida, e ao clicar em cada uma delas o visitante é encaminhado para uma página de acompanhamento ainda mais detalhado onde é possível visualizar a data e início e fim da medida e fazer download de documentos resultantes das ações.

| Avance | Nº | Nombre de la Medida |
|--------|----|---|
| 100% | 20 | Monitoreo de la velocidad y de la calidad de servicio de internet |
| 100% | 19 | Derechos de usuarios que acceden a Internet |
| 100% | 18 | Mejorar la conectividad digital de Chile con el resto del mundo |
| 100% | 15 | Integración digital de Zonas Insulares |
| 100% | 13 | Modernización de la infraestructura para conectividad con foco en servicios públicos de Educación y Municipios |
| 100% | 12 | Asegurar la correcta implementación de coberturas (contraprestaciones) asociadas al despliegue de redes de alta velocidad móvil |
| 100% | 10 | Desarrollo de un Plan de Infraestructura Digital |
| 99% | 61 | Red Wifi ChileGob |
| 90% | 17 | Evolución del Fondo de Desarrollo de las Telecomunicaciones |
| 86% | 11 | Relevamiento y debate de la visión país sobre la gobernanza de Internet |
| 74% | 14 | Fibra Óptica Austral |
| 55% | 16 | Implementación de la TV Digital Terrestre |

Figura 4: Imagem da página de Seguimiento da AD Chile por seguimento. Disponível em: <http://www.agendadigital.gob.cl/#/seguimiento>. Acesso em 20 de Agosto de 2018.

A *Figura 4*, acima, oferece base para entender o que está sendo colocado em termo de resultados da AD Chile em relação à conectividade e a inclusão digital. Mostra exatamente as referências sobre os níveis de conectividade do território chileno depois das políticas governamentais. A ação que contemplaria a inclusão de grupos vulneráveis aparece como cumprida e com cem por cento (100%) de suas atividades finalizadas. Portanto, é de se supor que o objetivo trazido no texto da AD chilena acerca desta inclusão tenha sido atingido. Porém, não foi encontrada no portal, ou em relatórios da Agenda, quaisquer referências quanto a avanço de acesso digital entre os agentes mencionados em seu planejamento, qual sejam ‘comunidades organizadas indígenas, rurales y vulnerables en sectores urbanos. No interior da medida 10, ao contrário, o que surge como resultado são projeções de planos para o futuro onde se destacam:

Diseño de red digital con 100% de cobertura, más de 50 millones de acceso y servicios digitales masivos. Existencia de redundancia, resiliencia y seguridad de redes
Implementación de Nodos de interconexión abiertos. Chile Digital: Punto de intercambio regional y del pacífico Sur, con acuerdos regionales de tránsito y respaldo entre gobiernos.
(AD CHILE, 2018¹⁹).

Assim, percebe-se um distanciamento entre os objetivos pretendidos na Agenda Digital 2020: Chile Digital para Tod@s e os resultados apresentados sobre esta, pois mesmo em se tratando da elaboração futura de um plano de infraestrutura não há referência quanto o acolhimento de demandas de inclusão dos grupos vulneráveis apontados tanto pela eLAC, quanto pela própria Agenda chilena. Os feitos apresentados como resultados consistem de finalização de seis estudos, apresentação desses e em informes. Esses últimos não disponibilizados no portal. Isso evidencia o exposto no do documento “Monitoreo de la Agenda Digital para América Latina y el Caribe eLAC 2018” da CEPAL quanto a escassez de informação estatística sobre o acesso e uso de TIC’s por parte de grupos vulneráveis, fator que estendemos a outros temas. O relatório destaca ainda que esta vertente de inclusão constitui esforço ainda incipiente revelando a manutenção de brechas digitais (CEPAL, 2018, p. 11).

Em relação ao Brasil, o quadro de políticas de acesso à Internet não é otimista. Como já dito, o golpe sofrido pelo governo da então Presidenta Dilma Rousseff resultou na estagnação e mesmo encerramento de políticas e programas diversos, e o PNBL foi um destes. Em razão disso, atualmente há um hiato quanto ao PNBL e seus às políticas digitais no Brasil. Fator ainda mais agravado com mudanças recentes na política brasileira de participação social estabelecida pelo Decreto nº 9759, de 11 de Abril de 2019 que, entre outros aspectos, limita a participação de setores da sociedade civil em

¹⁹ Disponível em: <http://www.agendadigital.gob.cl/#/seguimiento/medida/Desarrollo-de-un-Plan-de-Infraestructura-Digital>. Acesso em 25 de Setembro de 2018.

colegiados da administração pública. Apesar de ser o Marco Civil da Internet uma Lei Federal (Nº 12.965, de 23 de Abril de 2014), mudanças como essas podem resultar diretamente em retrocessos na política de governança e transparência da Internet no Brasil.

Para uma análise do PNBL sob a perspectiva da eLAC pouco é possível acenar em termos de resultados no que tange a proposta de redução da brecha digital entre ditos grupos vulneráveis. Uma primeira justificativa para isto está na dificuldade de implantação do PNBL argumentada por fatores como a ausência de articulação de seus órgãos responsáveis²⁰ e o baixo investimento no programa. A segunda justificativa está na interrupção do programa desde 2016 com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. A descontinuidade do PNBL levou a uma ausência de visibilidade sobre o programa e seus possíveis resultados.

Vale ressaltar que o então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), por meio da Secretaria de Telecomunicações e do Departamento de Banda Larga, lançou nota informativa em resposta a um questionamento particular na ouvidoria do Ministério quanto à situação atual do PNBL. A nota, de Junho de 2018 apresentou alguns resultados do programa como o aumento do acesso à Internet no país através de dados do IBGE. Porém destaca o caráter acabado do PNBL, e sequer menciona o Programa Brasil Inteligente²¹. Por tais problemas, resultados vinculados ao PNBL pós-2016 são escassos, tanto mais quando a referência se torna a inclusão de grupos vulneráveis. Mas é significativo pensar que mesmo antes do impeachment esta questão parecia pouco articulada no interior do programa sem que houvesse dados específicos quanto a grupos vulneráveis.

Como exemplo, o próprio Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) destaca como resultado do PNBL dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) ao destacar:

A meta do PNBL era atingir a marca de 35 milhões de domicílios com acesso à Internet em banda larga até o ano de 2014. De acordo com a Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, a meta foi superada: havia 36,8 milhões de domicílios particulares permanentes com acesso à Internet em banda larga em 2014. Esse contingente chegou a 39,295 milhões em 2015 domicílios conectados à Internet. (MCTIC, 2018, p. 1).

Como pode ser observado, ainda que o PNBL tenha atingido suas metas, os resultados generalistas não dão conta de questões como o acesso em zona rural ou periferias urbanas, para ficar em dois

²⁰ Segundo o Decreto Nº 7.175, DE 12 DE MAIO DE 2010 competia ao Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital (CGPID) a gestão e acompanhamento do PNBL, com a nova redação do programa dada pelo Decreto nº 8.776, de 2016 tal responsabilidade passou a ser do Ministério das Comunicações. Ver Art. 2º e 3º do Decreto nº 8.776, de 2016.

²¹ Disponível em:

http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/670001/RESPOSTA_PEDIDO_Resposta_NUP_01390001095201832_NOTA_INFORMATIVA_N1697.pdf

exemplos, tanto mais quando a referência são os designados *grupos vulneráveis* da eLAC. O máximo que o MCTIC aponta é para critérios de renda ao destacar três preocupações sobre o acesso à banda larga no Brasil: “(i) o uso do acesso à banda larga como ferramenta para o desenvolvimento de serviços públicos, especialmente nas áreas de saúde e educação; (ii) a demanda por aumento da velocidade média de acesso pelo usuário; e (iii) a ampliação do acesso para a população de baixa renda.” (MCTIC, 2018, p. 3). O terceiro item, como se vê, é aquele onde poderia repousar agentes sociais em situação de vulnerabilidade social. Tanto assim, é possível pensarmos em um discurso sobre modernização digital via PNBL, com características mais genéricas em termos de inclusão digital do que de fato em uma proposta abrangente em termos sociais.

Considerações Finais

Do exposto sobre Chile e Brasil é possível verificar que ambos, apesar de estarem inseridos na eLAC e de nesta assumirem o compromisso de inclusão de grupos vulneráveis, ainda contam com pouca expressividade em suas políticas quando se trata deste tema. Há ainda o fato de uma ausência de explicitação sobre quais agentes estariam inseridos na denominação ‘grupo vulnerável’. Percebe-se antes uma tentativa de incorporar esses agentes nos planos, agendas e estratégias, mas sem uma expansão do discurso para o campo da ação. Nestes termos, ainda que as Agendas Digitais no Chile e o PNBL no Brasil dialoguem com a Agenda da América Latina e o Caribe e mesmo podendo ser catalisadoras de inclusão digital, tais estratégias projetam antes um ideal de modernização desenvolvimentista. Os resultados tanto da AD Chilena quanto do PNBL no Brasil evidenciam uma tendência de centralização tecnológica para o mercado e sua agenda.

Indo além desta perspectiva, o discurso sobre a modernização digital, além de revelar expectativa em torno de uma revolução digital, conduz a articulação de programas e políticas que se pretendem democratizantes em relação ao acesso a partir de agentes internacionalmente mobilizados. No exemplo aqui articulado a eLAC se coloca como agente catalisador, organizado pela CEPAL, que estipulam metas gerais a serem seguidas por seus signatários tendo em vista objetivos da ONU em relação ao desenvolvimento social e econômico. A noção de *universalização* tecnológica pensada neste contexto tenciona processos de modernização pretendidos como universais. Além disso, traz à cena a crença nas tecnologias como plataformas mitológicas (MOSCO, 2004).

No exposto neste texto, de algum modo destaca-se o ideal de universalizar, de tornar comum o digital como um impulso exógeno quando se nota que o surgimento da eLAC e das articulações entorno desta agenda e sua estruturação estão relacionados a organismos e planos internacionais como as Cúpulas Mundiais sobre a Sociedade da Informação (CMSI), 2003 e 2005, e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e a Agenda 2030 vinculados a ONU, além da elaboração e

acompanhamento dos Planos de Ação eLAC (2007, 2010, 2015, 2018, 2020), e as Agendas Digitais estruturadas nos países membros da eLAC através da CEPAL. Isso pode induzir a um tipo de estruturação a partir do qual diagnósticos, mediações e propostas de integração para o Sul Global sejam pautados muito mais como uma dinâmica globalizante, do que exatamente como fim de soberania dos países da eLAC. Além disso, evoca a ideia de elaboração e manutenção de fluxos globais capitalizados pelo mercado neoliberal o qual assume a função de orientador das atividades sociais agindo como força homogeneizante.

A perspectiva de uma inclusão digital parece estar muito mais no campo das ideias especialmente quando se trata de sujeitos sociais mais específicos, ‘grupos vulneráveis, cujas demandas estão inseridas em campos mais amplos como cultura e identidade. Nestes contextos, o acesso ao digital vai além de apropriar-se do aparato tecnológico, consiste também no reconhecimento desses sujeitos como excluídos de outros direitos fundamentais, portanto de sua cidadania e soberania, incluído o direito a visibilidade de sua própria existência.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, A. de.; LICARIAO, D. *Winds of Change? BRICS as a Perspective in International Media Research*. International Journal of Communication, v. 12, p. 2073-2892, 2018.

ANDERSON, B. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Revised edition (London and New York, 1991).

BENNETT, W. L., and A. SEGERBERG. *The logic of connective action: Information, Communication & Society* 15 (5): 739–68, 2012.

BUSH, S. S. "The politics of rating freedom: Ideological affinity, private authority, and the Freedom in the World ratings." *Perspectives on Politics* 15.3: 711-731, 2017.

CASTELLS, M. *Networks of Outrage and Hope: Social Movements in the Internet Age*. Cambridge: Polity Press, 2012.

CEPAL. *Agendas Digitales*. Disponível em: <http://biblioguias.cepal.org/TIC/agendasdigitales>. Acesso entre 10 de Julho e 30 de Setembro de 2018.

CEPAL. *Monitoreo de la Agenda Digital para América Latina y el Caribe eLAC2018*. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/43444-monitoreo-la-agenda-digital-america-latina-caribe-elac2018>. Acesso entre 07 de Julho e 30 de Setembro de 2018.

CHRISTENSEN, M. *Interpreting the Organizational Practices of North American Democracy Assistance*. *International Political Sociology* 11 (2): 148-165, 2017.

FONSECA, M. et, al. *Análise dos Resultados da Implantação do Programa Nacional de Banda Larga no Brasil à Luz da Teoria da Administração Política*. file:///C:/Users/Windows%207/Downloads/AnlisedosResultadosdaImplantaodoProgramaNacionaldeBandaLarganoBrasilLuzdaTeoriadaAdministraoPoltica.pdf. Acesso em 23 de Agosto de 2018.

GOMES, W. *Participação política online: questões e hipóteses de trabalho*. In: MAIA, R; GOMES, W. (Orgs). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011. pp. 19-35.

GOV. BR. *PLANO NACIONAL DE BANDA LARGA (PNBL)*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7175.htm. Acesso em 20 de Luho de 2018.

GOV. BR. *PROGRAMA BRASIL INTELIGENTE*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8776.htm. Acesso em 20 de Julho de 2018.

GOV.CL. *Agenda Digital 2020: Medidas presentan en promedio un 80% de avance*. <https://digital.gob.cl/es/noticias/agenda-digital-2020-medidas-presentan-en-promedio-un-85-de-avance/> Acesso em 28.09. 2018.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES (MCTIC). *NOTA INFORMATIVA Nº 1697/2018/SEI-MCTIC*. Disponível em: http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/670001/RESPOSTA_PEDIDO_Resposta_NUP_01390001095201832_NOTA_INFORMATIVA_N1697.pdf. Acesso em 30 de Agosto de 2018.

NEGRINE, R. and PAPATHANASSOPOULOS, S. *The ‘Americanization’ of Political Communication: A Critique*. In Negrine, R. and Stanyer, J (Eds.) *The Political Communication Reader*. (pp.102- 106). London: Routledge, 2005.

MOSCO, V. *The Digital Sublime: Myth Power and, Cyberspace*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2004.

ONU. *Report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression, Frank La Rue*. Disponível em: https://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf. Acesso em 20 de Agosto de 2018.

ROELOFS, J. *How Foundations Exercise Power*. *American Journal of Economics and Sociology*, Vol. 74, No. 4 (September, 2015): 664-575.

ST. CLAIR, A. L. “*The World Bank as a Transnational Expertised Institution*.” *Global Governance* 12(1): 77-95, 2006.

STRAUBHAAR, J. D. *Beyond media imperialism: Asymmetrical interdependence and cultural proximity*. *Critical Studies in Mass Communication*, vol. 8, no. 1, pp.35-39, 1991.

WEBER, E. *Peasants into Frenchmen: The Modernization of Rural France 1870-1914*. Stanford: Stanford University Press, 1976.